



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
08 de maio de 2013

ATA - 1ª Reunião

O Secretário Rogério Sottili começa a reunião agradecendo a presença de todos, sociedade civil e gestores públicos e lembra que o tema PopRua é central na administração Fernando Haddad, e que será tratado como política prioritária em sua gestão. Resgatou alguns acontecimentos até o presente momento como: reunião com o prefeito e o Movimento para tratar de demandas da população em situação de rua já nos primeiros dias de governo, entre as primeiras, a criação do comitê PopRua, paritário e coordenado pela SMDHC, e o evento no 25 de março, para criar o Comitê PopRua e lançar as turmas do Pronatec com o SENAI específicas para população em situação de rua.

O Secretário também falou da expectativa de começar a construção da política municipal da população em situação de rua com ações, metas, compromissos e orçamento e mencionou a necessidade de sairmos da reunião de hoje com uma Comissão para redigir o Regimento Interno. Relatou um pouco a reestrutura que a SMDHC terá para responder a pauta dos direitos humanos e da participação social no município de São Paulo. Ao final de sua fala, assinou a Portaria nomeando os representantes do Comitê PopRua.

Luana (SMDHC) informou sobre: 1. Termo de Adesão a Política Nacional PopRua, ato pré agendado para 28 de maio, com a presença do prefeito, ministros e secretários; 2. PRONATEC, primeiras turmas terão início em 20 de maio; 3. Reunião com empresários, já



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

tem a lista das empresas que têm os maiores contratos com a prefeitura, e esta foi cruzada com o perfil da qualificação profissional dos alunos, nos próximos dias será feita uma reunião com os empresários visando à contratação de pessoas em situação de rua; 4. Fórmula Indy, ações foram desenvolvidas neste evento para dar visibilidade a alguns direitos humanos (customização de carroças de catadores de material reciclado, palestra com engenheiros da formula Indy para alguns alunos do curso de mecânica – Pronatec- poprua e gravação de mensagens de Direitos Humanos pelos pilotos que serão veiculadas nos ônibus e metrô). O Secretário Sottili, destacou que essas ações terão continuidade ao longo do ano e maior força na Indy do ano que vem; 5. COPA do mundo. Existe a possibilidade de envolver a população em situação de rua nos eventos que acontecerão em várias partes da cidade, a SMDHC está dialogando com a SP Copa. Para a Virada Cultural o próprio MNPR está dialogando com a Sub-prefeitura da Sé; 6. Seminário Internacional, a SMDHC pensa na possibilidade de realizar um encontro para conhecer as iniciativas de outros países, gostaria de ouvir o plenário; 7. Projeto de Lei 13/2013, vereador Alessandro Guedes, “Institui o Programa de Atendimento à População em situação de Rua integrado com os benefícios de atendimento habitacional e de saúde” sugeriu convidá-lo para apresentar o PL no Comitê; 8. Grupo de Trabalho Equipes de Rua. A SMSU quer envolver o Comitê PopRua na construção de um novo Procedimento Operacional Padrão_POP, haverá um Seminário de 10 a 15 de Junho: Segurança Urbana e Promoção dos Direitos Humanos: ação protetora ao cidadão. 9. Programa de Metas, num primeiro momento apareceu no PRONATEC como um dos públicos alvo, mas houve audiências públicas para incluir novas propostas, podendo essas serem apresentadas inclusive pela internet até 15 de maio. Foi distribuída uma apresentação com alguns entendimentos do governo referente a poprua para ser aperfeiçoado no coletivo, na apresentação também está as metas para poprua inicialmente propostas pela SMDHC, ainda não pactuadas com as secretarias.



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Carolina (Centro Gaspar Garcia) a sociedade civil se reuniu para pontuar o que esperam do Comitê: Avaliam que todo o processo é um avanço, mas ainda tem mais para avançar, pois o decreto foi construído nas pressas, sem muito diálogo. Sugere além da comissão para redigir o Regimento que, sejam criadas duas subcomissões: 1. Plano Municipal, ações de médio e longo prazo, com a possibilidade da contratação de assessoria técnica, frisando a necessidade de um repertório técnico para fazer este planejamento e de um novo censo sobre a população em situação de rua. Sugeriu o mês de dezembro como meta para apresentar o Plano Municipal; e 2. Emergências (CAPE, baixas temperaturas, PRONATEC, violência), ressaltada a necessidade de repensar os convênios da prefeitura e a violência institucional. Por fim, sugeriu que as atas das reuniões fossem publicadas.

Marcos (SMSU) pediu a palavra e ressaltou que a GCM vem passando por uma reestruturação em parceria com a SMDHC e que avalia que já houve mudanças na guarda, mas que casos pontuais devem ser resolvidos.

Padre Julio (Arquidiocese de São Paulo) sugeriu a criação de um Edital para realizar a assessoria técnica do subcomitê que trata do Plano Municipal, apontou como exemplo de assessoria a pesquisa que já havia sugerido para SMDHC. Disse que a rede não está articulada, que as secretarias não conhecem os serviços umas das outras. Ressaltou a falta de acesso à moradia, a irregularidade no funcionamento do CAPE e o fim imediato do pernoite. Não gosta da idéia do seminário internacional devido ao alto custo que envolve. Reconheceu que há esforço e que a GCM melhorou, mas é preciso desmilitarizá-la e pautar a segurança pública pelas políticas sociais. Aponta a preocupação com o frio, avalia que as respostas são sempre as mesmas e também alerta aos conflitos entre população em situação de rua brasileira e migrantes.



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Nina (Núcleo de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis de São Paulo) entregou um documento com as seguintes propostas:

- “1 – 01 CAPS – AD 24 horas – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas;
- 2 – 01 Centro POP – Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua, segundo diretrizes do SUAS e da LOAS;
- 3 – 02 Consultórios na Rua;
- 4 – Programa Específico de Locação Social para a População em Situação de Rua com 200 concessões imediatas;
- 5 – 01 Restaurante Popular com foco no acesso para a População em Situação de Rua da região Mooca.
- 6 – 04 Unidades de Acolhimento Institucional: 02 com 50 vagas masculinas cada; 01 para famílias com 20 vagas e 01 para mulheres com 20 vagas;
- 7 - Garantir a entrada da população em situação e rua no PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.”

Adriana (SMSU) disse que a GCM está orientada para respeitar e proteger os Direitos Humanos, e está a disposição para ouvir relatos onde haja violência.

Renato (MNPR) fez um relato sobre uma agressão na escadaria da Sé, conta que GCM o tirou com armas e cassetetes. Ressaltou que, o CAPE não tem vagas para as pessoas em situação de rua que são levantadas de onde estão, mas não têm para onde ir. Falou também da dificuldade de vagas para mulheres.

Marcos Barreto (Subprefeitura Sé) reforça a sugestão dos subcomitês e destaca a necessidade de discutir as abordagens à população em situação de rua no subcomitê emergencial. Também apontou uma relatoria realizada pelo Ministério Público sobre os



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

centros de acolhida. Lembra que os trabalhos dos subcomitês devem ter agilidade para serem submetidos ao Comitê.

Atila (MNPR) critica a GCM ressaltando o contraste do tratamento à população em situação de rua de dia e de noite. Fala também da dificuldade em se fazer Boletim de Ocorrência, e endossa a fala da Carolina. Termina sua fala dizendo que é a primeira vez que se tem uma oportunidade como esta que o Comitê proporciona e que por isso precisamos cuidar para não virar um espaço de denúncias, mas sim de formulação da política.

Renatinho (MNPR) informa que a GCM, que sempre fica alerta quando há reunião das pessoas em situação de rua. Relata que, quando é vítima de abuso de autoridade, acaba virando réu em processos de desacato. Também acusou guardas de não usarem identificação durante a madrugada e de fazerem abordagens a população em situação de rua dentro da Câmara Municipal. Fez algumas ponderações: 1. A importância da oportunidade de trabalho para a população em situação de rua; 2. O baixo custo da bolsa de trabalho da Frente do Gov. Estadual e do CAT Gov. municipal; 3. Necessidade de diálogo com a Secretaria de Habitação para moradia a população em situação de rua; 4. Definição da estrutura que o MNPR terá para desenvolver seus trabalhos no Comitê e visitar os equipamentos do município.

Nazareth (Fórum Permanente da População em Situação de Rua) Ressaltou que a finalidade desta 1ª reunião era de apontar demandas e criar os subcomitês. Endossou a fala do Padre Júlio a respeito da desmilitarização da GCM, percebe que o comando mudou, o alinhamento mudou, mas as pessoas na ponta continuam as mesmas. Identifica violações também no atendimento da CAPE e menciona seu funcionamento irregular. Aponta a importância em produzir protocolos intersecretariais para que de



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

fato haja intersetorialidade na política. Destaca que o Comitê deve refletir a cidade como um todo não se esquecendo dos aspectos regionais, como na região sul que só houve ampliação de 30 vagas de acolhimento emergencial. Questiona a necessidade do Seminário Internacional devido ao custo, considerando que o governo que diminuiu o orçamento de todas as secretarias, sugeriu deixar este evento para o último ano de governo. Solicitou que fosse pedido o relatório circunstanciado referente as visitas realizadas aos centros de acolhida pelos conselheiros do COMAS e técnicos do MP e mencionou que a SMADS precisa se reorganizar.

Paulo César (MNPR) falou do problema de não haver vagas no PRONATEC para as pessoas sem e/ou baixa escolaridade, e pediu para que se pensássemos nessa demanda específica. Apontou que ano passado São Paulo foi a cidade que mais devolveu dinheiro da Assistência Social.

Messias (MNPR) apontou a falta de limpeza nos Centros de Acolhida. Também ressaltou a importância da carteira funcional em situações de abordagem. A respeito do Seminário Internacional, ele sugere procurarmos patrocinadores interessados na realização do evento.

Francisco (Subprefeitura Mooca) esclareceu que o termo “Tolerância Zero” foi apropriado pela mídia do Facebook de um policial, mas nunca foi usado pela subprefeitura. Reforça a fala de Marcos Barreto e frisa que as pessoas não devem ficar embaixo de viadutos, mas que devemos apresentar alternativas humanas para elas e que devemos passar pela habitação e empregabilidade.

Vera (SMS) é coordenadora do consultório na rua. Explicou que os consultórios na rua contam com os agentes de saúde para famílias sem domicílio. Hoje existem 16 equipes



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

autorizadas, compostas por médico, psicólogo, assistente social e especialistas em redução de danos, para tratar especificamente a questão da saúde e da saúde mental. Os consultórios têm equipes que atuam de forma itinerante (algumas ainda estão em treinamento), cada equipe está vinculada a uma UBS. Foi solicitado uma apresentação mais detalhada do Consultório.

Carolina (Centro Gaspar Garcia) explicou que a sociedade civil entende que as orientações mudaram, mas que na ponta ainda estão ocorrendo abusos e violações de direitos e precisam relatar aos gestores públicos o que está acontecendo na prática, por isso as defesas governamentais não eram necessárias;

Marcos (SMSU) relembra que ele e o Secretário Porto são promotores e que têm o compromisso de mudar a guarda e que por isso casos de violações devem ser denunciados e serão punidos exemplarmente.

Isabel (SMADS) afirma que a fala da Nazareth referente aos serviços da SMADS é real e que de fato as vagas na região sul foram reduzidas. que a meta da assistência social é implantar 5 centros Pop. Preocupa-se com a Segurança Alimentar da PopRua. Também afirmou que estão trabalhando em uma portaria intersecretarial da baixa temperatura. Sugeriu que o PRONATEC fosse incluído no subcomitê que vai estruturar o Plano Municipal.

Melissa (Centro Gaspar Garcia) disse que concorda que as pessoas acampadas na Sé precisam de uma resposta, mas que a mesma não deve ser uma ligação para a GCM. Sugeriu que devia ser pedido mais recursos financeiros para a Secretaria da Habitação, porque mais vagas em albergues não resolverá o problema. Avalia que não é por acaso que a Secretaria do Trabalho não está presente, eles estão vinculados a grandes



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

empresas que tem outras demandas, interesses e preconceitos com a população em situação de rua. Criticou a demora para o início do PRONATEC, que está previsto para 20 de maio, destaca que as pessoas em situação de rua ouvem muitas promessas, por isso precisamos cuidar das garantias que lhe são feitas. Avalia que o Seminário Internacional, serviria para diversificar as alternativas para resolver a questão da população em situação de rua. Finaliza dizendo que da maneira que está, essa população só tende crescer.

Irair (SES) informou que existem projetos na Secretaria de serviços que poderiam suprir carências levantadas na reunião, como as 20 centrais para catadores de materiais recicláveis que também poderiam ser uma alternativa de trabalho para que as pessoas sem escolaridade da Frente de Trabalho que não são contemplados pelo PRONATEC. Também disse que a Secretaria tem um projeto de formação continuada que poderia ser trabalhado em parceria com o PRONATEC. Por fim, comunicou que a Secretaria está fazendo um cadastro de catadores e perguntou se alguma outra Secretaria ou movimento possui informações para compor esse cadastro. Nenhuma Secretaria ou movimento tinha esse tipo de dado.

ENCAMINHAMENTOS:

Foram formados os três subcomitês que tiveram a seguinte composição:

1. Subcomitê Emergencial:

Sociedade Civil: Messias e Renatinho, representando o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Nazareth, representando a Associação Rede Rua e Nina,



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

representando o Núcleo de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis de São Paulo

Governo: Luana pela SMDHC, Adriana representando a SMSU, Marcos Barreto pela SMSP, e Isabel da SMADS.

A reunião ficou marcada para o dia 15/05 às 15h na SMDHC, Pátio do Colégio, 05 7º. Andar.

2. Subcomitê Plano Municipal

Sociedade Civil: Paulo Cesar e Atila representando o Núcleo de Direitos Humanos, Carolina pelo Centro Gaspar Garcia, e Padre Julio pela Arquidiocese de São Paulo

Governo: Edna representando a SMS, Luana pela SMDHC, SEHAB e SDTE.

3. Regimento Interno

Sociedade Civil: Carolina representante do Centro Gaspar Garcia e Átila do Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

Governo: Adriana pela SMSU, e Maria Luiza representando a SME.

Ficou acordado que a próxima reunião do Comitê será dia 05 de junho às 15h na SMDHC.